

SETOR DAS FEDERAIS DO ANDES-SN REAFIRMA GREVE PARA O DIA 30 DE AGOSTO

ASSEMBLÉIA DA ADUR-RJ APROVA O INDICATIVO DE GREVE SEM DATA



DOCENTES DA UFRRJ APROVAM INSTALAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE E DO COMANDO LOCAL DE MOBILIZAÇÃO

LEIA NA PÁGINA 10

ASSEMBLÉIA GERAL PERMANENTE DA ADUR-RJ

DIA: 01/09, QUINTA-FEIRA, ÀS 13 HORAS

LOCAL: QUIOSQUE DA ADUR

PAUTA: GREVE NO SETOR DAS IFES DO ANDES-SN

LEIA NESTA EDIÇÃO:

6º CONAD
EXTRAORDINÁRIO
PROPÕE CONJUNTO DE
NORMAS LEGAIS PARA A
DEFESA DO ENSINO
SUPERIOR PÚBLICO,
GRATUITO, LAICO, DE
QUALIDADE E
SOCIALMENTE
REFERENCIADO.
PÁGINAS 4 E 5

MARCHA À BRASÍLIA
PROTESTA CONTRA A
CORRUPÇÃO NO
GOVERNO LULA
PÁGINA 6

INFORME SOBRE O
REAJUSTE DO PLANO
DE SAÚDE DA UNIMED
PÁGINA 7

NOTA DO ACESSOR
JURÍDICO DA ADUR-RJ
SOBRE O FGTS
PÁGINA 7

ASSEMBLÉIAS
DA ADUR-RJ
PÁGINAS 7- 10

CONHEÇA A
COORDENAÇÃO
NACIONAL DE LUTAS
(CONLUTAS)
PÁGINAS 11 E 12

SETOR DAS FEDERAIS DO ANDES-SN REAFIRMA GREVE PARA 30 DE AGOSTO



FONTE IMAGEM: CORREIO BRAZILIENSE WEB

No dia 19 de agosto, representantes de quarenta seções sindicais estiveram em Brasília, na reunião do Setor das IFES. Primeiramente, houve uma avaliação da Marcha à Brasília e da participação do ANDES-SN e de representantes de algumas associações de docentes no Encontro da CONLUTAS. A atual conjuntura política e o resultado da primeira rodada de assembleias de docentes – que discutiu a aprovação do indicativo de greve

nas Instituições Federais de Ensino Superior para a segunda quinzena de agosto – também foram debatidas pelos presentes.

Após as avaliações iniciais, os presentes consideraram o panorama das deliberações de cada seção sindical.

Depois de ampla discussão, a reunião do Setor das IFES aprovou o indicativo de greve para o dia 30 de agosto, por 27 votos favoráveis, 3 contrários e 5 abstenções. O representante da ADUR-RJ levou a deliberação da assembleia dos docentes da entidade – realizada no dia 4 de agosto – que não aprovou o indicativo de greve para a segunda quinzena de agosto.

A partir desta nova perspectiva, o Setor das IFES aprovou um calendário que determinou que no período de 22 a 26 de agosto, as associações de docentes deveriam realizar uma nova Assembleia Geral para discutir este indicativo.

Uma nova reunião do Setor das IFES ocorreu no dia 29 de agosto, em Brasília, com representantes de 24 seções sindicais. Na ocasião, foi avaliada novamente a possibilidade de deflagração de greve para o dia 30 de agosto, tendo em vista os resultados da rodada de Assembleias Gerais realizadas pelas seções sindicais. Por 18 votos favoráveis e 3 abstenções, o Setor das IFES reafirmou a deflagração da greve nacional dos docentes. A data de 30 de agosto foi aprovada por 17 votos contra 7 abstenções.

O Setor solicitou que as seções sindicais indiquem delegados (caso a AD tenha deflagrado greve) e observadores para participar do Comando Nacional de Greve, instalado no dia 30 de agosto.

A Diretoria do Sindicato Nacional participou de uma reunião, naquele dia, com o SESU (Secretaria de Ensino Superior do MEC), representado pelos senhores Nelson Maculan e Alaíde Sant'Anna. De acordo com o relatório do Setor das IFES divulgado pelo ANDES-SN, os representantes da SESU demonstram a preocupação com a iminência da greve dos docentes e *“Maculan destacou que o MEC tem se empenhado junto ao MPOG para que haja reais possibilidade de se tratar a pauta apresentada pelos docentes, ainda este ano”*.

A SESU disse entender *“a necessidade de que se apresente uma proposta real para atender a pauta dos docentes. Informaram que foi assegurada, no orçamento de 2006, a verba de 18% de OCC para as IFES e mais 30 milhões de reais para CAPES, e para a expansão das IFES (novas universidades federais) foram garantidos 160 milhões de reais. Há um aumento de 60 milhões de reais no orçamento do MEC”*.

De acordo com o ANDES-SN, o SESU informou que o MEC vai receber R\$ 800 milhões do Ministério da Saúde, que serão destinados aos Hospitais Universitários. O SESU também afirmou que o MEC reconhece a legitimidade das reivindicações dos professores.

A presidente do ANDES-SN, Marina B. Pinto, disse que 33 sindicatos da base da FASUBRA e 4 seções sindicais do SINASEFE já estão em greve. Ela destacou que haverá uma reunião com as três entidades da educação (ANDES-SN, SINASEFE e FASUBRA), para avaliar a conjuntura e discutir as reivindicações das categorias. Representantes do ANDES-SN informaram que se reuniriam com o presidente da ANDIFES em 31 de agosto, com o intuito de discutir a greve dos docentes e a pauta de reivindicações da categoria.

Segundo informações da Diretoria do ANDES-SN, o MEC convocou uma reunião do Grupo de Trabalho para o dia 31/8.

PAUTA DE REIVINDICAÇÕES:

a) reajuste de 18% como parte de recomposição salarial;

b) incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;

c) retomada dos anuênios;

d) implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;

e) abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN;

f) realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES,



O INFORME ATUALIZADO DA
MOBILIZAÇÃO DAS SEÇÕES SINDICAIS DO
ANDES-SN ESTÁ DISPONIBILIZADO NA
PÁGINA ELETRÔNICA DA ADUR-RJ.
ACESSE WWW.ADUR-RJ.ORG.BR

ABAIXO, REPRODUZIMOS O DOCUMENTO POLÍTICO APROVADO PELO SETOR DAS IFES:

Com a presença de 40 seções sindicais, os docentes do setor das IFES, reunidos em Brasília no dia 19/8/05, avaliaram os resultados das assembléias gerais realizadas entre 17/7 e 15/8 no quadro mais amplo da conjuntura atual e deliberaram pelo indicativo de deflagração de greve nacional dos docentes das IFES para o dia 30/8/05.

A categoria optou pelo indicativo como um recurso extremo diante da completa ausência de respostas às suas reivindicações. Todo o esforço para tentar fazer avançar as negociações foi tenazmente perseguido pelos docentes que participaram de todas as mesas e reuniões para os quais o sindicato nacional foi chamado. O ANDES-SN protocolou diversos pedidos de audiências com o Ministro, sem obter nenhum retorno, participou de diversas reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente no Ministério do Planejamento que, igualmente, foram inúteis, protelatórias e desrespeitosas com o justo reclamo da correção das perdas inflacionárias dos salários. O indicativo de greve é, portanto, resultante do seguinte dilema:

(i) aceitar o congelamento do salário, que se encontra gravemente depreciado, não apenas para o corrente ano mas, também, em 2006, pois o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006 não prevê recursos para a compensação das perdas, apostando em improváveis mudanças em 2007, primeiro ano de um futuro governo ou,

(ii) convocar a categoria a pressionar o Executivo para abrir negociações efetivas.

A alternativa de ir a luta foi imperativa.

Há um ano, o governo impôs aos docentes, a partir da ruptura das negociações, uma alteração nos valores da GED, mantendo a diferenciação salarial entre ativos e aposentados e quebrando a isonomia entre as carreiras do magistério superior e do 1º e 2º graus. Constituiu um GT para tratar da incorporação da GED, que se reuniu 3 vezes no 1º semestre de 2005. Os representantes do MEC limitaram-se a proclamar vagamente concordância com o fim da GED, mas rigorosamente nada de concreto ou plausível nos foi apresentado. A manobra protelatória foi finalmente assumida quando o governo propôs a transformação desse GT em um grupo de trabalho para debater carreira em um futuro indeterminado: o governo informou de forma taxativa que quaisquer alterações salariais seriam para 2006, contudo, na previsão orçamentária não alocou nenhum recurso nesse fim.

O fato é que o governo não cumpriu o que nos impôs de forma autoritária quando rompeu unilateralmente com as negociações em 2004. Não viabilizou propostas reais de incorporação das gratificações no prazo determinado por ele mesmo por meio de portaria. O tempo de tergiversações acabou. A categoria docente exige dignidade para o seu relevante trabalho social e melhores condições para as instituições federais de ensino superior!

A profunda crise política em curso foi discutida detidamente na reunião do Setor que aprovou o indicativo. Para manejar as condições de governabilidade, o governo ampliou ainda mais o atrelamento de entidades sindicais e movimentos sociais objetivando criar uma artificial base de apoio popular. O ex-presidente da CUT foi deslocado para o governo para afinar ainda mais a simbiose do sindicalismo chapa-branca com o governo. As categorias que estão em luta são tratadas de modo intransigente e antidemocrático: o governo limita-se a afirmar que não dispõe



FORNTE: RICARDO BORGES (ANDES-SN)

de recursos.

A corrupção que alcança proporções sistêmicas é expressão da opção pelo aprofundamento da agenda neoliberal, intrinsecamente corrupta e corruptora, em especial pela supremacia da financeirização e de suas repercussões no mundo do trabalho, como os fundos de pensão que difundem a corrupção para os partidos e sindicatos associados dessa política. É certo que com os recursos públicos alocados nessa engrenagem poderíamos ter todas as reivindicações dos servidores públicos plenamente atendidas.

Não há mais como conviver com essa situação em silêncio. É a nossa dignidade que está em jogo. A hora de construir uma resposta firme, coesa e consistente é agora. O movimento está dando sinais claros de que está disposto a responder a esse desafio. Em um contexto de desilusões e desesperanças, o movimento docente assume a tarefa de organizar a luta, reunindo a base, discutindo nas unidades e nas assembléias. O patamar inicial de mobilização que estava em níveis muito reduzidos vem sofrendo uma inflexão, cresce a presença nas assembléias, docentes se organizam por meio de comissões de mobilização locais, outras categorias animam as convocatórias, como recentemente os técnicos e administrativos organizados pela FASUBRA, os estudantes vêm na mobilização ascendente um espaço para ampliar a luta contra o desmonte da universidade pública. O resultado desse movimento se expressa na deliberação de 38 seções sindicais que aprovaram a realização de uma greve nacional docente. A greve dos docentes em construção é pela pauta já aprovada e protocolada no MEC:

- a) reajuste de 18% como parte de recomposição salarial;
- b) incorporação da GED e da GEAD, com equiparação pelos seus valores mais altos e da GAE, com paridade e isonomia;
- c) retomada dos anuênios;
- d) implementação imediata da classe especial e da classe de professor associado;
- e) abertura imediata da discussão em torno da carreira única para os docentes das IFE, envolvendo o MEC, o ANDES-SN e o SINASEFE, com definição de calendário de trabalho com prazo para conclusão que anteceda o 25º Congresso do ANDES-SN;
- f) realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas IFES,

Os docentes têm clareza de que esse processo exige unidade, firmeza e empenho. As nossas reivindicações são legítimas e justas e temos todas as condições para conquistá-las. Mas será uma conquista e, por isso, a deflagração da greve no dia 30 tem de ser construída com unidade desde o seu início. Um dos fatores cruciais para o êxito de nosso justo movimento é a adesão de um grande número de seções sindicais à deflagração da greve nesta data. Com esta greve, faremos valer os direitos dos docentes, a valorização do nosso trabalho e a defesa da educação pública e gratuita.

ANDES-SN

6º CONAD EXTRAORDINÁRIO PROPÕE CONJUNTO DE NORMAS LEGAIS PARA A DEFESA DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO, GRATUITO, LAICO, DE QUALIDADE E SOCIALMENTE REFERENCIADO

O 6º CONAD Extraordinário realizou-se em Brasília, nos dias 20 e 21 de agosto, tendo como tema a **Elaboração e encaminhamento do Projeto de lei do ANDES-SN sobre a educação superior**. Os professores Luis Mauro S. Magalhães (delegado), Frederico J. Falcão, Rômulo Garcia e Célia Regina Otranto (observadores) foram os representantes da ADUR-RJ no evento, que discutiu a proposta do Sindicato Nacional, para a educação pública brasileira.

A realização deste 6º CONAD Extraordinário foi uma das deliberações do 50º Conselho do ANDES-SN – realizado em Fortaleza, entre os dias 15 e 17 de julho – que atualizou o plano de lutas da categoria docente e avaliou a conjuntura política nacional.

A partir das discussões estabelecidas durante o 50º CONAD, foi deliberado que o ANDES-SN reafirmasse “o seu projeto de universidade pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, de modo a dialogar com os movimentos sociais, populares e entidades ligadas à educação no sentido de contraposição ao projeto privatizante do governo”; elaborasse “um Projeto de Lei que contenha os eixos, princípios, concepções e as propostas para a educação superior, já discutidas e deliberadas nas instâncias do Sindicato”; que encaminhasse “para as assembleias gerais a discussão do envio de Projeto de Lei para o parlamento e a sociedade, a ser apreciado em CONAD Extraordinário” – convocado para tratar exclusivamente do Projeto de Lei do ANDES-SN e da apresentação deste documento ao Congresso Nacional.

Contudo, durante o 6º CONAD Extraordinário, o ANDES-SN não apresentou um único Projeto de Lei, e sim, um Conjunto de Normas Legais – conforme divulgadas no Caderno de Textos do evento – para serem discutidas com os delegados e observadores das diversas seções sindicais participantes.

Durante o evento, o ANDES-SN apresentou seis Normas Legais e a plenária aprovou cinco destas propostas. São elas:

1) Projeto de Emenda à Constituição – altera o dispositivo 212 da Constituição Federal, buscando garantir a vinculação do orçamento federal para a educação pública. A proposta do ANDES-SN é a de que a União deixe de burlar o dispositivo atual e aplique, anualmente, nunca menos de 18, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, contribuições e taxas para a educação pública.

2) Projeto de Lei Complementar – dispõe sobre o financiamento e as normas de gestão financeira das IFES

3) Projeto de Lei - Educação Superior como Direito – discute o

acesso e condições de permanência aos cursos superiores de graduação das IFES

4) Projeto de Lei - Democratização da Gestão da Educação Superior – regulamenta o artigo 206, VI e o artigo 211 da Constituição Federal, cria o Conselho Nacional da Educação, regulamenta o processo de elaboração das normas e eleição dos Reitores e Vice-Reitores e determina as bases para a avaliação das instituições do ensino superior.

5) Projeto de Lei – A Educação como Concessão do Estado – Regulamentação das Instituições Privadas de Ensino Superior – estabelece dispositivos legais para a regulação das IPES. Este texto, contudo, demandará uma análise do GTPE (Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais) do ANDES-SN. A idéia é que ele também possa subsidiar a discussão, durante o Encontro dos Docentes do Setor das IPES, a realizar-se nos dias 21, 22 e 23 de outubro, em Brasília.

A plenária decidiu enviar este Conjunto de Normas Legais ao Congresso. A estratégia aprovada foi a de que este seria um importante instrumento de lutas para a categoria, frente à atual conjuntura do movimento sindical e da política nacional.

No último dia 19 de agosto, a reunião do Setor das IFES aprovou o indicativo de greve para o dia 30 de agosto. Neste sentido, a proposta é a de que estas Normas Legais possam ser discutidas com a sociedade e com outras entidades sindicais e sociais, tendo em vista a deflagração de uma greve. Este material – que ainda ganhará uma redação final, de acordo com os termos e com a prática jurídica, a ser divulgada tão logo esteja concluída – ajudará, inclusive, a sedimentar a mobilização da categoria tendo em vista uma futura greve.

A decisão de enviar o Conjunto de Normas Legais do ANDES-SN ao Congresso é polêmica e foi o centro das atenções durante o 50º CONAD e o 6º CONAD Extraordinário, sobretudo quando se tem em vista que, durante o 24º Congresso do ANDES-SN, realizado no início deste ano, em Curitiba, a plenária deliberou que o Sindicato Nacional não faria emendas ao projeto de Reforma Universitária do governo Lula.

Para os que não concordam com esta iniciativa, enviar um documento – seja um Projeto de Lei ou um Conjunto de Normas Legais – ao Congresso



CRÉDITO DAS IMAGENS DAS PÁGINAS 4 A 6: ANDES-SN



é compactuar com a lógica reformista do governo e seguir na contramão do que foi deliberado pelo 24º Congresso do ANDES-SN. Outros argumentam que não houve tempo suficiente para se discutir estas Normas Legais com as bases do Sindicato Nacional. Para alguns, há que se questionar a legitimidade do Congresso Nacional, já que muitos Parlamentares estão envolvidos em denúncias de corrupção e, portanto, encaminhar um documento desta importância para esta instituição é legitimá-la.

O mesmo grupo que argumenta a favor da luta também via Parlamento acredita que o Congresso está mais suscetível às questões externas, embora não ache que as propostas do ANDES-SN para a educação pública brasileira possam ser aprovadas por esta instância, já que elas não vão de encontro com o que defendem os setores da economia ligados ao capital neoliberal.

Algumas medidas já implementadas pelo governo comprometem a qualidade do ensino público e retiram do Estado a responsabilidade com a educação. Entre elas estão o Programa Universidade para Todos (ProUni), a Lei de Inovação Tecnológica e a Parceria Público-Privadas (PPP's), SINAES, ENADE – já denunciadas por edições anteriores do *ADUR Informa*.

As propostas do Sindicato Nacional já foram publicadas em outros documentos como a “*Agenda para a Educação Superior: uma proposta do ANDES-SN para o Brasil de hoje*” e a “*Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira*” (Caderno 2), mas não têm o impacto de um Conjunto de Normas Jurídicas.

Durante o 6º CONAD Extraordinário, portanto, reiterou-se a idéia de se encaminhar as propostas do ANDES-SN para o Congresso, e reafirmou-se que a melhor alternativa para se combater a Reforma Universitária do governo Lula, neste momento, é popularizar a proposta do Sindicato Nacional – discutindo com a sociedade e com outras entidades ligadas à educação, com o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a ANDIFES, o SINASEFE, e demais entidades.

Por meio de ampla discussão e divulgação de sua proposta, o ANDES-SN acredita que o governo será pressionado e que será possível barrar a Reforma Universitária em curso, garantindo os princípios e as diretrizes para um ensino público, laico, gratuito e de qualidade.



O 6º CONAD EXTRAORDINÁRIO DELIBEROU SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM CONJUNTO DE INSTRUMENTOS LEGAIS A SEREM APRESENTADOS NO PARLAMENTO E AMPLAMENTE DIVULGADOS JUNTO A TODAS AS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, ESPECIALMENTE AS DA EDUCAÇÃO, VISANDO CONTRAPOR UM PROJETO QUE É DE DEFESA DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E GRATUITA À REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO.

NA INTERNET

A DIRETORIA DO ANDES-SN PUBLICOU UMA ANÁLISE SOBRE A TERCEIRA VERSÃO DO ANTEPROJETO DE LEI DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO GOVERNO. O DOCUMENTO ESTÁ DISPONÍVEL PARA CONSULTA NA SEDE DA ADUR-RJ, OU NA HOMEPAGE DA ENTIDADE. ACESSE WWW.ADUR-RJ.ORG.BR A ADUR-RJ TAMBÉM POSSUI UMA CÓPIA DO ANTEPROJETO DA REFORMA SUPERIOR, ELABORADO PELO MEC, NA SEDE DA ASSOCIAÇÃO, E A DISPONIBILIZA PARA LEITURA.

CALENDÁRIO DE LUTAS DO ANDES-SN

REUNIÃO DO GT DO MEC: 31 DE AGOSTO, EM BRASÍLIA

3º ENCONTRO NACIONAL DAS IEES: 23, 24 E 25 DE SETEMBRO, EM SÃO PAULO

ENCONTRO DOS DOCENTES DO SETOR DAS IPES: 21, 22 E 23 DE OUTUBRO, EM BRASÍLIA



MARCHA À BRASÍLIA PROTESTA CONTRA A CORRUPÇÃO NO GOVERNO, AS REFORMAS NEOLIBERAIS E A POLÍTICA ECONÔMICA DE LULA DA SILVA

Estudantes da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro participaram da Marcha realizada no dia 17 de agosto, em Brasília. Durante o 50º CONAD, realizado entre os dias 15 e 17 de julho, em Fortaleza, as seções sindicais do ANDES-SN confirmaram a participação na Marcha à Brasília, organizada pelo CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas). A ADUR-RJ disponibilizou um ônibus para levar os interessados em participar do evento na capital federal. Cerca de 70 estudantes da UFRRJ foram à Brasília.

Ao lado de outras organizações de trabalhadores, universitários de todo o país protestaram contra a corrupção, as Reformas Universitária, Sindical e Trabalhista, assim como contra a política econômica do governo. Os manifestantes pediram punição para os envolvidos nas denúncias de corrupção, que há meses assola o governo Lula da Silva e o Congresso Nacional.

Representantes do PSTU, P-SOL, da CONLUTAS e de seções sindicais do ANDES-SN - gritaram palavras de ordem durante a caminhada na Praça dos Três Poderes e ao passarem em frente ao Palácio do Planalto. Entre elas: “Ô Lula, você sabia, Marcos Valério é o seu PC Farias!” e “Você pagou com mensalão a este Congresso de ladrão”, uma paródia da música “Vou festejar”, cantada por Beth Carvalho. Representantes do PDT e do PPS, embora não estivessem organizando o ato, também participaram da Marcha.

De acordo com o jornal *O GLOBO*, de 18 de agosto, a Polícia Militar afirmou que cerca de 15 mil pessoas participaram da manifestação – estimativa maior do que a da Marcha realizada no dia anterior, que reuniu cerca de 10 mil pessoas na cidade. Em 16 de agosto, a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), a União Nacional dos Estudantes (UNE), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) foram à Brasília para defender o presidente Lula e protestar contra a possibilidade de impeachment.

Segundo o ANDES-SN, a Marcha do dia 17 de agosto reuniu cerca de 30 mil manifestantes. Durante o evento, representantes das entidades que compõem a CONLUTAS protocolaram documento no Ministério do Trabalho pedindo a retirada do projeto de Reforma Sindical e o aumento do salário mínimo. Ao final das atividades, foi entregue à senadora Heloísa Helena – que participou da manifestação em

cima de um carro de som – uma carta da CONLUTAS para ser encaminhada ao presidente da CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) dos Correios, Delcídio Amaral, solicitando rigorosa investigação das denúncias de corrupção no governo.

De acordo com o relato publicado pelo ANDES-SN, além das tradicionais faixas e cartazes, os manifestantes usaram a criatividade para denunciar a corrupção. Houve malas de dinheiro e bonecos com máscaras representando Lula, Delúbio Soares, José Genoíno, José Dirceu, Roberto Jefferson, entre outros. De Olinda, vieram os tradicionais bonecos para animar a quadrilha do mensalão. Centenas de jovens vestiram cuecas sobre a roupa.

Segundo Walter Andrade, Coordenador Geral do DCE da Rural e graduando do curso de História, foi importante para a entidade participar da Marcha à Brasília.

– “Antes de irmos para a capital, realizamos dois debates com os estudantes da Rural, para analisarmos a conjuntura política e os rumos do movimento estudantil. O ato do dia 17 contou com mais do que o dobro de pessoas que foram à Brasília, no dia anterior, em defesa do presidente Lula. Isso demonstra que o mito de que o povo está com o governo não é verdadeiro. A Marcha do dia 17 indicou que a alternativa é pela organização da classe trabalhadora e dos estudantes. Não adianta confiarmos no Congresso do Mensalão, que não tem mais autoridade moral”, afirma.

O jornal *O GLOBO* noticiou ainda que dois mil policiais foram destacados para acompanhar a Marcha, incluindo o Batalhão de Choque, a Cavalaria e até um helicóptero. Um grupo de manifestantes invadiu o espelho d’água do Congresso e deu um banho nos policiais, que detiveram tentativas de invasão ao Congresso – isolado pela Polícia Militar. Segundo o mesmo jornal, três estudantes foram detidos por desacato às autoridades.



FOTOS: ANDES-SN

SOBRE O REAJUSTE DO PLANO DE SAÚDE DA UNIMED

A Diretoria da ADUR-RJ nomeou uma Comissão de professores para negociar o reajuste anual sobre o valor do plano de saúde, junto a UNIMED - Costa Verde. Esta Comissão é formada pelas diretoras Rosane Ferreira de Oliveira, Maria Teresa Carneiro da Cunha e Irlete Braga da Trindade, e pelos professores Everaldo Zonta, Sansão Davi Luis Raimundo e Marcelo Mofatti.

A UNIMED – Costa Verde enviou um índice de reajuste de 16,51%, calculado por eles, para ser aplicado a partir do mês de maio. Segundo os representantes da UNIMED, este índice levou em consideração a sinistralidade (como prevê o contrato) – conforme publicado na edição nº 70, de 31 de maio de 2005, do *ADUR Informa*.

Esta Comissão, em sua primeira reunião com os representantes da UNIMED – Costa Verde, em 08 de agosto de 2005, demonstrou que este índice de 16,51% cobrado por eles era muito alto, e que os professores teriam dificuldades em pagar o plano de saúde. A proposta da Comissão foi a de que o reajuste considerasse o índice do IGPM (como também está previsto no contrato) – o que abaxaria o percentual de 16,51% para **11,12%**.

Nesta ocasião, a ADUR-RJ já havia enviado para desconto em folha dos associados o valor de 16,51% porque já tínhamos a fatura dos meses de agosto e maio para pagamento. Durante a primeira reunião com os representantes da UNIMED - Costa Verde, a Comissão conseguiu que a operadora enviasse uma nova fatura para os meses de agosto e maio, com o índice negociado em 11,13%. Desta forma, os professores receberão a devolução desta diferença depositada em conta corrente (não houve tempo para a restituição desta diferença no mês de agosto).

A proposta da Comissão foi analisada pela Diretoria da UNIMED, que nos enviou uma contra-proposta a ser apresentada, na íntegra, em reunião com os associados do referido plano, a ser agendada em breve. O que já pode ser adiantado é que por esta contra-proposta, o reajuste será de 11,12%, índice bem abaixo dos 16,51% que a UNIMED havia proposto.

Os valores atrasados serão cobrados da seguinte forma: em setembro, pagaremos também o mês de junho; em outubro, pagaremos a metade do mês de julho; em novembro, pagaremos a outra metade referente a julho. A partir de dezembro, somente será paga a parcela referente ao mês em vigor.

Sem mais para o momento,
Profa. Maria Teresa Carneiro da Cunha,
pela Comissão da UNIMED

INFORME SOBRE O FGTS

Lembramos aos professores relacionados na ação do FGTS promovida pela ADUR que ainda há alguns que não foram receber os seus créditos — derivados dos planos Verão e Collor — junto a Caixa Econômica Federal, com o que amargam prejuízos posto que o rendimento do depositado é muito próximo de zero. Assim, caso ainda não tenha feito o levantamento, favor tomar as providências cabíveis para essa finalidade. Lembramos, ainda, que há professores que já receberam os valores creditados pela CEF, mas ainda não compareceram na ADUR para a devida prestação de contas, portando o extrato do creditado e para efetuar o pagamento dos valores pactuados, providência esta que se faz necessário com urgência ante motivos já expostos anteriormente. Por fim, informamos que aguarda-se, no processo em curso, intimação da CEF para que essa libere os créditos dos docentes ainda não contemplados na primeira liberação.

Atenciosamente,
Marcelo Charré, Assessor Jurídico da ADUR-RJ

ASSEMBLÉIAS DA ADUR-RJ

04/08/08: ASSEMBLÉIA DA ADUR-RJ NÃO APROVA INDICATIVO DE GREVE PARA A SEGUNDA QUINZENA DE AGOSTO

No dia 04 de agosto, ocorreu a Assembléia Geral da ADUR-RJ para tratar da seguinte pauta: 1) Indicativo de greve para as IFES; 2) 6º CONAD Extraordinário – discussão do tema: “Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei do ANDES-SN sobre a educação superior”; 3) 6º CONAD Extraordinário, 20 e 21 de agosto – delegado (a) e observador (a); 4) Reunião do Setor das IFES, 19/08/05 – delegado (a); 5) Participação na Marcha de 17 de agosto de 2005; 6) Agenda – Debate sobre Alternativas de Luta – instrumento intersindical; 7) Participação da ADUR em Comissões Internas da UFRRJ; 8) Outros Assuntos.



Como em primeira convocação, às 13 horas, não houve quorum, a Assembléia Geral da ADUR-RJ teve início às 14 horas daquele dia, sendo presidida pelo Prof. Canrobert P. L. Costa Neto e secretariada pelo Prof. Luis Mauro S. Magalhães — diretores da entidade.

Primeiramente, os diretores da ADUR-RJ propuseram aos presentes que, para otimização dos trabalhos, houvesse uma inversão da pauta. Assim sendo, os itens sete e seis foram os primeiros postos em discussão.

Quanto ao item sete – Participação da ADUR em Comissões Internas da UFRRJ – os professores Canrobert Costa Neto e Luis Mauro Magalhães esclareceram que a administração da Rural pediu que a entidade encaminhasse dois representantes, sendo um para a Comissão de Fiscalização de Contratos da UFRRJ e outro para o Conselho Consultivo temporário para atuar junto à Divisão de Saúde.

Neste momento, a mesa leu o memorando encaminhado pelo Reitor, no dia 8 de junho passado, pelo qual explica que a implementação do Conselho Consultivo temporário para atuar junto à Divisão de Saúde “*visa resolver certos problemas detectados durante o processo de transição administrativa relativos a comportamento de trabalhos não condizentes com as necessidades do setor e cuja solução não se viu contemplar em nenhum plano de candidatura*”.

Do mesmo modo, os professores Canrobert Costa Neto e Luis Mauro Magalhães informaram que o pedido para que a ADUR-RJ encaminhasse um representante docente para a Comissão de Fiscalização de Contratos da UFRRJ foi feito no dia 10 de maio, por memorando do Decanato de Assuntos Administrativos, sob a responsabilidade da Profa. Ana Lucia dos Santos Barbosa. O referido Decanato diz que tal medida “*tem por objetivo tornar mais ágil e participativa a fiscalização dos contratos de serviços utilizados por esta casa, visando sempre a melhoria dos mesmos*”.

Este ponto de pauta foi, inicialmente, posto em discussão na Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ, de 20 de junho, quando alguns professores demonstraram-se preocupados com a participação da entidade em uma Comissão da administração da Universidade, sob risco de comprometimento da autonomia política da Associação dos Docentes. Naquela assembléia, remeteram este ponto de pauta para uma próxima reunião, o que então, foi feito.

Logo, a proposta encaminhada pela mesa, tendo sido discutida amplamente

em reunião de Diretoria da entidade, foi a de que a ADUR-RJ enviase representantes para essa Comissão, tendo apenas direito à voz e não ao voto. Assim sendo, a Associação de Docentes participaria das referidas comissões, seguindo o mesmo procedimento que tem adotado em reuniões do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e do CONSU (Conselho Superior Universitário), nos quais também tem apenas direito à voz.

Os presentes não se opuseram à proposta e também não se candidataram como possíveis representantes para a Comissão de Fiscalização de Contratos da UFRJ ou para o Conselho da Divisão de Saúde. Assim sendo, o Prof. Canrobert Costa Neto manifestou o seu interesse de participar da Comissão de Fiscalização de Contratos da Universidade, o que foi aprovado. Os presentes também acataram a sugestão de que a Diretoria da ADUR-RJ propusesse um representante docente para o Conselho da Divisão de Saúde, o que será feito, brevemente.

Para introduzir a discussão do item seis da pauta (Agenda — Debate sobre Alternativas de Luta — instrumento intersindical), o Prof. Luis Mauro Magalhães recuperou uma das principais deliberações do 24º Congresso do ANDES-SN, ocorrido em Curitiba, no início deste ano, que foi a desfiliação do Sindicato Nacional da CUT. Após esse fato, o ANDES-SN propôs que as AD's discutissem o rumo do movimento sindical no país, nos moldes do Seminário “Alternativa de Organização dos Trabalhadores”, realizado na UFF, nos dias 1º e 2 de julho. Os diretores da ADUR-RJ também mencionaram os encaminhamentos da última reunião do GTPFS (Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical) — publicados na edição nº 73 do *ADUR Informa* — entre os quais, questões não consensuais sobre a relação ANDES-SN e Conlutas serão posteriormente debatidas.

Assim, foi sugerida e aprovada a realização de um debate, a ser convocado pela ADUR-RJ, em data a ser previamente definida, para tratar do tema *Alternativas de Luta — instrumento intersindical*. Propôs-se a criação de uma Comissão que possa convidar palestrantes de concepções políticas distintas, para somar forças ao GTPFS, que conta com a participação dos professores Rômulo Garcia, Frederico Falcão e Luis Mauro Magalhães. Neste momento, a professora Elisa Guaraná manifestou seu interesse em fazer parte desta comissão, o que foi aprovado.

O ponto polêmico da Assembléia Geral da ADUR-RJ ficou por conta do primeiro item da pauta: Indicativo de greve para as IFES. O Prof. Luis Mauro Magalhães recuperou os informes publicados no *ADUR Informa* nº 72, que destrinchou os principais acontecimentos do primeiro semestre deste ano, relativos à Campanha Salarial 2005. O diretor da ADUR-RJ procurou demonstrar como as negociações como o governo não têm funcionado, se é que as reuniões da Mesa Nacional de Negociação Permanente e do Grupo de Trabalho do MEC podem ser entendidas a partir deste enfoque.

Os diretores da ADUR-RJ explicaram que algumas AD's já haviam aprovado, antes do 50º CONAD, realizado entre os dias 15 e 17 de julho em Fortaleza, um indicativo de greve. Por falta de quorum nas reuniões, para tratar de um assunto desta importância, a ADUR-RJ foi para o 50º CONAD sem um posicionamento de assembléia acerca do assunto. Contudo, durante o Conselho do ANDES-SN, a plenária deliberou, após intensa discussão, pelo indicativo de greve para as IFES a partir da segunda quinzena de agosto. Uma das deliberações deste evento foi também para que este assunto fosse novamente remetido para as bases, para que discutam até a próxima reunião do Setor das IFES, a realizar-se, em Brasília, no dia 19 de agosto.

Esta Assembléia Geral contou com a participação de alguns estudantes, preocupados com alguma resolução favorável à greve na Universidade.

A plenária acatou a sugestão de se realizar, em data a ser definida pela diretoria da ADUR-RJ, uma mesa redonda para discutir instrumentos e alternativas de luta da classe trabalhadora. Como o assunto greve é polêmico, o debate não se esgotou nesta Assembléia, com a promessa de que será recuperado, em breve, em outras oportunidades — seja nesta mesa redonda,

seja em novas Assembléias da entidade. Contudo, nesta Assembléia, os presentes rejeitaram o indicativo de greve para as IFES a partir da segunda quinzena de agosto, conforme proposto pelo 50º CONAD.

Após este ponto de pauta, um representante do DCE, Walter Andrade (História), pediu para dar um informe. Após rápida análise da conjuntura política, solicitou que os três segmentos da Universidade somassem forças para participarem da Marcha à Brasília, a realizar-se no próximo dia 17.

Ao dar prosseguimento as atividades, a mesa passou ao segundo item da pauta (6º CONAD Extraordinário — discussão do tema: “Elaboração e encaminhamento do Projeto de Lei do ANDES-SN sobre a educação superior”). Esclareceu que esta foi uma decisão do 50º CONAD, cuja proposta da Diretoria do ANDES-SN era pela elaboração de um substitutivo à Reforma Universitária, que foi questionada e derrotada durante o próprio evento. Assim, o 50º Conselho do ANDES-SN aprovou a elaboração de um Projeto de Lei sobre a Reforma Universitária, que faça frente ao projeto do governo, em vias de entrar em aprovação no Congresso.

Durante esta Assembléia, houve a proposta de não aprovar o envio deste Projeto de Lei para o Congresso Nacional — tendo em vista que, frente às denúncias de corrupção, a legitimidade do Parlamento poderia ser questionada. Também houve a sugestão de se chamar outros movimentos sociais para discutir este Projeto de Lei e exigir que a Campanha Salarial seja debatida durante o 6º CONAD Extraordinário.

Alguns professores, inclusive, afirmaram que a proposta de enviar este Projeto de Lei ao Congresso Nacional parece contraditória, tendo em vista que, entre outras decisões, o 24º Congresso do ANDES-SN aprovou que o Sindicato Nacional não faria emendas à proposta da Reforma Universitária do governo.

Como o assunto é importante e muitos presentes mostraram-se surpresos com esta proposta do ANDES-SN, aprovou-se a indicação de uma outra Assembléia Geral da ADUR-RJ, para tratar desta questão, com mais profundidade.

Quanto aos demais pontos de pauta — envio de delegado (a) e observador (a) para o 6º CONAD Extraordinário, em 20 e 21 de agosto, e de representante para a reunião do Setor das IFES, assim como a participação da entidade na Marcha à Brasília, no dia 17 de agosto, a diretoria da ADUR-RJ perguntou se algum dos presentes gostaria de participar dessas atividades. Foram aprovados os nomes dos professores Luis Mauro Magalhães, Frederico Falcão, Célia Otranto e Rômulo Garcia para participar do 6º CONAD Extraordinário.

16/08/08: ASSEMBLÉIA DA ADUR-RJ APROVA ENVIO DE PROJETO DE LEI DO ANDES-SN AO CONGRESSO NACIONAL

Em 16 de agosto, a ADUR-RJ realizou uma nova assembléia, no Auditório Hilton Salles (P1), com a seguinte pauta: 1) 6º CONAD Extraordinário — Envio pelo ANDES-SN do Projeto de Lei sobre a Reforma do Ensino Superior; 2) 6º CONAD Extraordinário — 20 e 21/08/05 — Campanha Salarial e outros encaminhamentos; 3) Participação no Encontro Nacional da CONLUTAS,



com a pauta: Continuidade da Luta e Definição da Data e dos Critérios para a eleição de Delegados ao Congresso da CONLUTAS; 4) Indicação de representantes para o Encontro Nacional da CONLUTAS. Os professores Canrobert P. L. Costa Neto e Luis Mauro S. Magalhães – diretores da ADUR-RJ foram o Presidente e o Secretário desta Assembléia, respectivamente.

Inicialmente, a mesa distribuiu um texto de apoio, intitulado “Garantir recursos para o Ensino Superior e avançar na denúncia sobre a Reforma do Governo Lula” para a apreciação dos presentes e subsidiar a discussão do primeiro item da pauta. A proposta deste texto era a de que o ANDES-SN concentrasse seus esforços, neste momento, na luta pelo financiamento que garanta a manutenção das Universidades públicas.

Os presentes puderam inscrever-se para discutir sobre o primeiro item da pauta e decidir se aprovariam ou não a iniciativa do ANDES-SN de enviar para o Congresso Nacional o Projeto de Lei do Sindicato Nacional para fazer frente a proposta de Reforma Universitária do governo. Os diretores da ADUR-RJ explicaram que o texto deste Projeto de Lei encontra-se no Caderno de Textos do 6º CONAD Extraordinário, disponibilizado em versão impressa na sede da entidade e na página eletrônica do ANDES-SN.

Esta iniciativa do ANDES-SN não foi recebida com unanimidade pelos presentes. Alguns argumentaram que não houve tempo suficiente para a discussão desse Projeto de Lei coma base e outros disseram que é equivocado enviar um documento para o Congresso Nacional, envolvidos em denúncias de corrupção, sob o risco de legitimá-lo em meio às falcatruas que assolam o país.

Os favoráveis ao envio do PL do ANDES-SN ao Congresso partiram do pressuposto de que ele pode ser um canal importante para a divulgação, em larga escala, das Propostas do ANDES-SN para a Universidade pública. Aqueles que concordam com a iniciativa do Sindicato Nacional acreditam que o Congresso está debilitado frente à atual crise política e que, neste momento, pode ser interessante mudar a estratégia de combate.

Os professores argumentaram que não há a menor possibilidade de se conquistar apoio de demais segmentos do movimento social para a somarem forças com o ANDES-SN em relação ao envio deste PL ao Congresso, porque não se conseguiu unificar os movimentos sociais. A UNE e a CUT, por exemplo, apóiam as reformas neoliberais do governo Lula. Durante o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, o ANDES-SN foi excluído por entidades governistas, como CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação), porque é radicalmente contra o conteúdo das reformas neoliberais do governo. Além disso, outro fator a se enfrentar é a própria desmobilização da categoria docente.

A discussão sobre o primeiro item da pauta perdurou por bastante tempo, até os presentes deliberarem, pela maioria dos votos, que o ANDES-SN deve encaminhar o seu próprio PL ao Congresso Nacional, em defesa da Universidade pública, gratuita, laica e socialmente

referenciada. Ao delegado da ADUR-RJ, Prof. Luis Mauro S. Magalhães, foi atribuído o direito ao voto de acordo com as suas convicções, acerca do conteúdo do texto deste Projeto de Lei do ANDES-SN.

Já o segundo item da pauta desta Assembléia (6º CONAD Extraordinário – 20 e 21/08/05 – Campanha Salarial e outros encaminhamentos) obteve aprovação unânime dos presentes. Para eles, há um erro tático da Diretoria do ANDES-SN em não ampliar a pauta de discussões deste CONAD Extraordinário, incluindo a Campanha Salarial 2005 e os debates acerca de uma possível greve das Universidades públicas do país.

Assim, foi aprovado pela Assembléia que o delegado da ADUR-RJ neste 6º CONAD Extraordinário, o Prof. Luis Mauro S. Magalhães, deveria levar o encaminhamento de incluir a Campanha Salarial 2005 na pauta de discussões do evento.

Como os itens 3 e 4 da pauta desta Assembléia eram interdependentes, foram discutidos ao mesmo tempo. A participação da ADUR-RJ no Encontro Nacional da CONLUTAS foi questionada por alguns participantes, que argumentaram que esta entidade pretende se tomar uma nova Central e exercer o papel que antes cabia à CUT.

A mesa explicou que a ADUR-RJ, assim como o ANDES-SN, participaram do Encontro Nacional Sindical, que aconteceu em março de 2004 em Luziânia (GO), que

culminou com a fundação da Coordenação Nacional de Lutas. A mesa lembrou aos participantes, inclusive, que esta foi uma deliberação de Assembléia da ADUR-RJ, na ocasião.

Alguns dos presentes demonstraram-se preocupados porque a CONLUTAS, normalmente, tem sido associada ao PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). Outros professores informaram que quando houve a desfiliação do ANDES-SN da CUT, no início deste ano, por deliberação do 24º Congresso do Sindicato Nacional, muitas pessoas ficaram temerosas porque achavam que a CONLUTAS poderia transformar-se em Central, e que o ANDES-SN poderia filiar-se a esta entidade. Contudo, isso não se verificou.

Outras pessoas argumentaram que nem mesmo no interior da CONLUTAS há uma definição e um consenso acerca de uma aproximação com o Sindicato Nacional. Do mesmo modo, nem todos que pertencem à CONLUTAS rezam na cartilha do PSTU, como foi evidenciado no Seminário “Alternativas de Organização dos Trabalhadores”, realizado no início de julho deste ano, em Niterói.

Assim, após amplo debate, os presentes deliberaram para que a ADUR-RJ participasse do Encontro Nacional da CONLUTAS, até para saber quais têm sido os direcionamentos e as interpretações desta entidade sobre os rumos do movimento sindical brasileiro. Do mesmo modo, os participantes reconheceram que esta Coordenação tem sido um pólo de resistências às iniciativas do governo.

A plenária aprovou também o envio de dois representantes, com direito ao voto, para o evento – professores Luis Mauro S. Magalhães e Rômulo Garcia – que já estarão em Brasília por ocasião do CONAD Extraordinário e da reunião do Setor das IFES.

R.Borges



FONTE: RICARDO BORGES (ANDES-SN)

25/08/08: ASSEMBLÉIA DA ADUR-RJ

APROVA O INDICATIVO DE GREVE SEM DATA

Em 25 de agosto, a ADUR-RJ realizou Assembléia, no Auditório Hilton Salles (P1), com dois itens de pauta: 1) Indicativo de greve no Setor das IFES para 30 de agosto; 2) Outros assuntos. Os professores Canrobert P. L. Costa Neto e Luis Mauro S. Magalhães – diretores da ADUR-RJ foram o Presidente e o Secretário desta Assembléia, respectivamente.

Inicialmente, o graduando de Física da UFRRJ e coordenador geral do DCE, Marcelo de Souza Grade comunicou que, por decisão de Assembléia, os estudantes da Rural deliberaram contra a deflagração da greve na Universidade – já iniciada pelos técnico-administrativos, no último dia 23. Marcelo Grade explicou que os estudantes desejam finalizar o período letivo, cuja previsão de encerramento é dia 10 de setembro, e que a paralisação das atividades do bandeirão, do posto médico e da biblioteca são extremamente prejudiciais neste momento para os alunos.

Marcelo Grade relatou que o DCE conseguiu garantir o café da manhã dos estudantes, mas que ainda não foi possível viabilizar o almoço e o jantar.

Representando a administração da Universidade, o Prof. Valdomiro Neves Lima esclareceu que a Reitoria solicitou uma reunião com representantes das três entidades, mas que o SINTUR não compareceu. No dia 23 de agosto, durante a reunião que durou mais de cinco horas, a Reitoria externou suas preocupações com a greve dos técnico-administrativos, faltando menos de 20 dias para o término do semestre letivo.

No momento em que esta assembléia da ADUR-RJ acontecia, representantes da administração da Rural e do SINTUR reuniam-se para debater a greve dos técnicos.

Prof. Valdomiro Lima leu uma nota elaborada pela administração e aprovada na reunião do CEPE (Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão) e do CONSU (Conselho Universitário) da Rural, pela qual a Reitoria reconhece a legitimidade da luta dos técnico-administrativos, dos docentes e dos estudantes e diz que, “preocupada com o momento de definição do semestre letivo em andamento, entende que todos os esforços devem ser feitos e orientados para sua conclusão dentro das próximas duas semanas”.

De acordo com o Prof. Valdomiro Lima, os estudantes encaminharam um abaixo-assinado à Reitoria para que ela garanta o período letivo, lembrando que o calendário da Universidade já está atrasado em decorrência da última greve de professores e servidores técnico-administrativos. Prof. Valdomiro Lima disse que a administração acredita no diálogo como uma alternativa eficaz para se resolver esse impasse.

Após esses esclarecimentos, os diretores da ADUR-RJ prestaram alguns informes sobre as atividades realizadas em Brasília, na semana anterior. São elas: Marcha à Brasília (17/8); Encontro da CONLUTAS (18/8); Reunião do Setor das IFES (19/8); 6º CONAD Extraordinário (20 e 21/8).

Os professores avaliaram que a Marcha do dia 17 foi um acontecimento de grande expressão, tendo em vista que ela reuniu mais do que o dobro de participantes em relação ao ato realizado no dia anterior em defesa do presidente Lula.

Sobre o Encontro da CONLUTAS, os presentes foram informados que houve um



número significativo de representantes de Sindicatos que participaram do evento. O Encontro – que teve como pauta a “continuidade da Luta e a definição da data e dos critérios para a eleição de Delegados ao Congresso” da entidade, a realizar-se em 2006 – contou com deliberações por meio do voto. Os diretores da ADUR-RJ esclareceram que o ANDES-SN, que participou do Encontro, fez questão de ressaltar que não há deliberação congressual sobre como se organizar a CONLUTAS e que, por isso, não participaria das votações. Alguns professores chamaram atenção para a necessidade de se conhecer a Coordenação Nacional de Lutas.

Quanto à reunião do Setor das IFES, o Secretário desta assembléia leu parte do relatório divulgado pelo ANDES-SN e comunicou a aprovação do indicativo de greve para 30 de agosto. A reunião do Setor contou com a participação de mais de 40 seções sindicais. Posteriormente, os presentes foram informados das deliberações do 6º CONAD Extraordinário (leia mais nesta edição), que aprovou o envio de um Conjunto de Normas Legais ao Congresso Nacional, em defesa do ensino público e gratuito.

Após os informes, a discussão estabelecida contemplou o segundo item da pauta: o indicativo de greve para o dia 30 de agosto. As questões refletiram algumas preocupações do grupo, como a desmobilização da categoria na Rural, a autonomia da classe docente, a necessidade de unir-se ao movimento nacional, o descaso apresentado pelo governo no que se refere às negociações da Campanha Salarial deste ano, os prejuízos e as conseqüências que uma greve pode acarretar para a Universidade.

Após longa discussão, os professores aprovaram o indicativo de greve, contudo, não marcaram a data para a paralisação das atividades. Também aprovaram a instalação da Assembléia Geral Permanente e do Comando Local de Mobilização, com o intuito de aprofundar o debate e mobilizar a categoria para a importância da luta e das reivindicações da Campanha Salarial 2005. O Comando Local de Mobilização será formado por representantes da Diretoria da ADUR-RJ e pelos professores Rômulo Garcia e Edmundo de Souza Moraes.

Os docentes também aprovaram que a ADUR-RJ, quando possível, envie representantes para participar do Comando Nacional de Greve, a ser instalado no próximo dia 30 de agosto.

ORGANIZAÇÃO NASCE DA FALÊNCIA DA CUT

A opção assumida desde o começo pelo governo Lula no sentido de aprofundar as políticas neoliberais provocou profundas cisões no sindicalismo, nos movimentos sociais e na esquerda brasileira

Por Prof. Rodrigo Dantas(ADUnB)*

Enquanto uma grande parte dos sindicatos e movimentos sociais ainda permanece atrelada em maior ou menor grau ao PT, à CUT e ao governo Lula e suas políticas, um número crescente de sindicatos e movimentos sociais, compreendendo o papel nefasto assumido por esse governo, optaram pela autonomia e desde a luta contra a reforma da Previdência tratam de organizar a resistência popular contra o aprofundamento sistemático das políticas e reformas neoliberais.

Enquanto representantes do governo, das centrais sindicais e do empresariado discutiam uma nova legislação sindical e trabalhista no Fórum Nacional do Trabalho (FNT), profundamente lesiva aos interesses dos trabalhadores, ganhava corpo entre esses setores a idéia de criar um novo organismo de coordenação das lutas dos trabalhadores, que retome as bandeiras históricas abandonadas pela CUT e pelo PT e, para além dos limites estritos de uma central sindical, coloque como objetivo estratégico a organização autônoma da luta de todos os estratos da classe trabalhadora, da juventude e do povo pobre.

Ao mesmo tempo, o papel de contenção das lutas exercido pela CUT e, no caso dos trabalhadores do setor público, as manobras de bastidores visando à desarticulação da Coordenação Nacional das Entidades dos Servidores Federais (CNESEF) por parte do governo e de representantes da própria CUT, reforçavam a necessidade de se criar, com urgência, um novo organismo que articule e impulse as lutas de todos os setores ameaçados pelas políticas neoliberais.

O caso da criação do Proffes na base do Andes-SN, iniciativa que contou com o apoio aberto do governo, do PT, do PC do B e da CUT, ilustra muito bem o empenho sistemático desses setores em interferir no movimento sindical, atrelá-lo ao governo e violentar sua autonomia a fim de constituir entidades e direções atreladas a interesses que agora se revelam cada vez mais claramente como absolutamente estranhos ao mundo do trabalho.

A Conlutas nasceu em março de 2004, no Encontro Sindical Nacional realizado em Luziânia (GO), quando duas mil lideranças sindicais, muitas delas dispostas a romper com a Central Única dos Trabalhadores, reuniram-se no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI) para debater as reformas sindical e trabalhista do governo.

Apesar das críticas e da caracterização enviesada de alguns setores de que a Conlutas não é representativa como a CUT porque não nasceu de um ascenso da luta dos trabalhadores, mas de uma decisão de um partido político, no caso o PSTU, a realidade demonstra cada vez mais claramente que a nova coordenação transcende em muito os limites estritos do raio de ação do PSTU, configurando-se cada vez mais claramente como um pólo de aglutinação para o número crescente de sindicatos e movimentos sociais que vêm rompendo com o governo Lula, a CUT e o PT e juntando forças para construir uma alternativa autônoma de organização da classe trabalhadora. Hoje, já são mais de 300 entidades que compõem a Conlutas (número próximo da quantidade

de entidades que se articulavam no começo dos anos 80 para a criação da Central Única dos Trabalhadores).

A criação da Coordenação foi o resultado da conclusão política de que é necessário reavaliar e redefinir a atuação, as práticas, as formas organizativas, os métodos e os objetivos estratégicos dos organismos da classe trabalhadora no Brasil.

A primeira manifestação de força desse novo fórum de resistência às reformas e políticas neoliberais ocorreu em junho de 2004, quando cerca de 20 mil trabalhadores de todo país se encontraram na Esplanada dos Ministérios numa grande marcha liderada pela Conlutas em protesto contra as reformas sindical, universitária e trabalhista.

A segunda ocorreu no I Encontro Nacional da Conlutas, realizado no Fórum Social Mundial 2005, com quase duas mil pessoas presentes, representando as mais diversas entidades e forças sociais e políticas do campo e da cidade.

CONLUTAS: ABERTURA DE UM NOVO CICLO NA HISTÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

A Conlutas ainda não é um organismo constituído e definido sob todos os seus aspectos; por enquanto, existe apenas como uma coordenação nacional das lutas dos trabalhadores contra o capital e o governo neoliberal de Lula. Sua forma, seus objetivos e seu modo de funcionamento permanecem abertos, como objeto da discussão que vem sendo travada nas entidades e movimentos que a compõem.

O que temos até o momento é uma coordenação nacional de lutas aberta aos sindicatos e movimentos sociais e populares da cidade e do campo que se proponham a impulsionar as lutas contra o neoliberalismo. Não há ainda direção, estatuto, burocracia, personalidade jurídica, mecanismos de representação ou contribuição financeira regular das entidades que participam da Conlutas.

A coordenação executiva da Conlutas vem se dando por meio de rodízio entre as entidades nacionais participantes e a contribuição financeira ocorre na forma de rateios entre elas visando à construção das lutas concretas. Até o I Congresso Nacional da Conlutas, em abril de 2006, que deve fundar o novo organismo e decidir pelas formas de sua constituição, o debate permanece aberto.

Trata-se de pensar, neste período, as condições e desafios que se colocam no sentido de constituir um organismo capaz de corresponder à nova



composição da classe trabalhadora e à nova realidade do mundo do trabalho na era da reestruturação produtiva, do desemprego estrutural, da mundialização do capital e da ofensiva neoliberal. Neste debate, começa a prevalecer a tese de que a Conlutas não deve se constituir apenas como uma central sindical, deixando de fora os estratos cada vez maiores da classe trabalhadora que já não se organizam nem podem se organizar em sindicatos.

A idéia mestra é que a coordenação possa conter em seu seio com sindicatos, organizações estudantis e movimentos sociais do campo e da cidade, na perspectiva de articular e unificar progressivamente as lutas dos trabalhadores, da juventude e do povo pobre, superando assim progressivamente a lógica defensiva das lutas parciais, setoriais, corporativas e específicas, a fragmentação e as estratificações que são impostas à classe trabalhadora pela lógica corrosiva do capital.

Quanto à forma de organização, o debate aberto aponta cada vez mais claramente para estruturas horizontais, abertas, flexíveis e desburocratizadas, que assegurem o controle democrático das direções pela base, priorizem a organização dos trabalhadores e o encaminhamento unitário de suas lutas concretas e evitem a constituição de super-estruturas que progressivamente se autonomizem em relação ao conjunto de entidades, sindicatos e movimentos sociais que compõem a base da Conlutas.

O I Encontro Nacional da Conlutas ocorreu no Fórum Social Mundial de 2005. O II Encontro Nacional, que tem a responsabilidade de deliberar sobre o modo de funcionamento do I Congresso Nacional da Conlutas, que definirá a constituição e o funcionamento do novo organismo, aconteceu em Brasília, em 18 de agosto, no Minas Brasília Tênis Clube. Sem dúvida, uma boa oportunidade para aqueles que pretendem engajar-se no debate sobre as novas alternativas de organização dos trabalhadores no país.

Fonte: Jornal da ADUnB, julho/agosto de 2005

* **Prof. Rodrigo Dantas é Presidente da Associação de Docentes da Universidade de Brasília.**

ESCANDALO DO MENSALÃO A LISTA DE VALÉRIO

Cruzamento aponta que maiores retiradas das contas do publicitário em 2003 ocorreram em época de aprovação de reformas. Votações coincidem com dias de saques



O cruzamento entre os maiores saques das contas do publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza divulgados até agora e as principais vitórias do governo Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso revela uma coincidência que pode indicar a existência do "mensalão", o pagamento de mesada a parlamentares em troca de apoio em votações na Câmara.

A aprovação das reformas tributária e da Previdência, que interessavam diretamente ao governo, ocorreram nos meses com o maior volume de saques das contas das empresas das quais Marcos Valério é sócio em 2003.

O levantamento foi feito pela Folha com base na lista de retiradas identificadas até agora pela CPI dos Correios e na conexão partidária dos sacadores. Os dados foram cruzados com os principais fatos políticos que aconteceram no governo Lula de 14 de janeiro de 2003, dia da primeira retirada, até a data da última, em 1º de outubro de 2004.

A reforma tributária foi aprovada em dois turnos na Câmara, em 17 e 24 de setembro, por 346 a 92, 38 votos a mais do que o necessário. Nesse mês, o volume dos saques foi o maior do ano: R\$ 3,8 milhões. No dia da primeira votação, João Cláudio Genu, assessor do líder do PP na Câmara, José Janene (PR), começou uma

série de saques que totalizaram R\$ 1 milhão em 28 dias. De 49 pepistas, só três votaram contra a reforma.

Outros saques chamam a atenção. O deputado José Borba (PMDB-PR), então vice-líder do partido na Câmara, sacou R\$ 500 mil em duas parcelas: um dia antes da votação no primeiro turno e um dia depois da aprovação em segundo turno, no dia 25. Dos 77 peemedebistas, apenas três não apoiaram o governo. Pelo PTB, houve saques um dia depois da votação de cada turno. Jairo dos Santos, ligado ao então presidente do PTB, José Carlos Martínez, morto em outubro de 2003, sacou R\$ 200 mil no dia 18, R\$ 100 mil no dia 25 e R\$ 300 mil no dia 29: total de R\$

que conseguiu prorrogar até 2007 a cobrança da CPMF, que rende cerca de R\$ 24 bilhões por ano, e a DRU (Desvinculação das Receitas da União), mecanismo que permite ao governo aplicar com mais liberdade 20% das receitas dos principais tributos. Ambas eram tidas como impopulares, mas importantes para o ajuste fiscal.

Previdência

A votação e aprovação da reforma da Previdência, em 17 e 27 de agosto daquele ano, coincide com saques de R\$ 2,58 milhões das contas de Marcos Valério. Desse valor, R\$ 2,53 milhões foram retirados pelo ex-tesoureiro do PL Jacinto Lamas. Todos os deputados do partido, que é aliado de primeira hora do governo, votaram a favor da reforma. O governo venceu por 357 votos a 123, 49 a mais do que o necessário.

A reforma previdenciária estabeleceu a contribuição de servidores inativos e pensionistas (aumento de arrecadação estimado em R\$ 1 bilhão por ano) e tornou mais duras as regras para a aposentadoria do funcionalismo.

Em 2004, os maiores saques mensais foram em agosto (R\$ 5.532.600) e julho (R\$ 5.056.940). O período coincide com o início da campanha eleitoral e com a justificativa mais ouvida pelos beneficiados dos saques – de que o dinheiro foi usado para saldar dívidas ou gastos de campanha.

Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0708200514.htm>

Por: Marcelo Salinas
Em: 07/08/05



Fonte: RICARDO BORGES (ANDES-SN)

600 mil. No partido, 46 deputados de 50 presentes apoiaram a reforma.

No PL, nenhum dos deputados votou contra: os saques atribuídos a membros da legenda foram de R\$ 750 mil naquele mês. As medidas aprovadas na reforma tributária mantiveram os "pontos-chave" para o governo,

EXPEDIENTE – ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, KM 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, RJ.

CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.

TELEFAX: (21)2682-1379 ou (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: CANROBERT PENN LOPES COSTA NETO, CÉLIA REGINA OTRANTO, FREDERICO JOSÉ FALCÃO, IRLÊTE BRAGA DA TRINDADE, LUIS MAURO SAMPÃO MAGALHÃES, MARIA TERESA CARNERO DA CUNHA E ROSANE FERREIRA DE OLIVEIRA.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163)

FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA

TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

